

39º Encontro Anual da Anpocs

GT36 Sociologia da adolescência e da juventude

A juventude rural enquanto ator político atuando na configuração de políticas públicas no Brasil

Sérgio Botton Barcellos – Bolsista Pós Doc PNPd CAPES e Docente no Curso de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas.

Ensaio preparado para apresentação no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais [ANPOCS]. Caxambu/MG, 23 a 27 de outubro de 2015.

A JUVENTUDE RURAL ENQUANTO ATOR POLÍTICO ATUANDO NA CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Sérgio Botton Barcellos

RESUMO

A construção do problema para esse trabalho será trilhada no sentido de investigar atores que se denominam jovens e atuam em organizações e movimentos sociais em juventude rural (CONTAG, FETRAF, Via Campesina e ONG's) na reivindicação de pautas e mobilizações que demandam políticas públicas para o governo federal no Brasil nos últimos anos. Observar e problematizar esse processo político implicará em uma discussão sobre a situação social dos (as) jovens que estão situados no espaço rural brasileiro e como se organizam politicamente. Esse trabalho terá aporte teórico em Elias (1994, 1998) com os conceitos de configuração sobre esses atores e de interdependência para discutir o processo político relativo a reivindicação de políticas públicas. Desse modo, por meio desse ensaio vou trazer à tona alguns aspectos sobre em que contexto social se deu a formação dessas políticas públicas, como se situa a categoria da juventude rural e suas demandas nesse processo, e os desafios e possibilidades para pensar esse ator político e suas formas de mobilização na sociedade atualmente.

Palavras-chave: juventude rural; políticas públicas; identidade; contexto rural.

INTRODUÇÃO

As condições de vida de um jovem no contexto rural brasileiro possibilitam elaborar questões sobre as construções identitárias da categoria e suas disputas, assim como as próprias relações de hierarquia reproduzidas nesses processos, cujos discursos dão destaque ao papel ocupado pelo jovem. O jovem, como categoria, porta o "peso" da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e tende a não ser percebida pelas suas configurações como ator social. Essas relações são reveladoras das disputas de significados da categoria juventude rural e da posição que as pessoas assim identificadas ocupam na hierarquia das relações sociais (CASTRO, 2009).

Entretanto, a fim de visualizar e identificar os principais aspectos que influenciam nas possíveis configurações identitárias desse ator social na sociedade brasileira ou como categoria para o Estado atualmente, não é possível focar em um único grupo. Esse processo exige um estudo das relações entre os diferentes atores que se inter-relacionam e das mudanças nas relações de poder que são produzidas e reproduzidas sucessivas

vezes (ELIAS, 1994). Destarte, refletindo a partir do debate sobre identidade e experiência de Brah (1996), considero também que esses vários significados em relação à construção da identidade de juventude rural e as mobilizações pelo acesso à terra nas organizações e movimentos sociais são componentes de diferentes estratégias de mobilização por identidades culturais e políticas que devem ser devidamente problematizadas de acordo com as suas circunstâncias sociais.

Alguns estudos acadêmicos consideram que ações governamentais focadas na juventude iniciaram a partir de 1997. No caso do Brasil, Rua (1998) e Macedo e Castro (2006), em trabalhos de diferentes perspectivas, no qual realizam um balanço das políticas públicas de juventude na década de 1990, discutiram como os jovens passaram a ser considerados como beneficiários de políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias em um período histórico mais recente.

A maior parte das políticas públicas que tratam (de forma transversal ou focada) a juventude como público-alvo estão concentradas no meio urbano. Tal fato justifica-se, em grande medida, devido à aglomeração da maioria desse público nos espaços urbanos do Brasil. Entretanto, essa questão referente à identidade e a categoria (juventude, juventudes, jovem rural, jovem do campo, juventude rural, juventude camponesa ou outro), do ponto de vista sociológico, não pode ser lida como algo dado ou fato social a ser naturalizado e cabe ser questionado e refletido.

Também registra-se que no Brasil a juventude, com uma identidade religiosa e política no espaço rural, desde a década de 1940 já se organizava politicamente como Juventude Agrária Católica (JAC), com ações no Sul e Nordeste do país, e a partir de 1950 ampliou-se por todo o Brasil (SILVA, 2006; PJR, 2013). A partir desses acontecimentos, recentemente, desde os anos 2000 em especial, um campo interinstitucional e acadêmico de reflexão foi se configurando ao longo do últimos anos, no qual os dados sobre a realidade dessa juventude rural, como o êxodo rural, falta de condições de vida, envelhecimento, sair ou ficar no espaço rural passam a ser tratados como uma questão com certa relevância para as Ciências Sociais (CASTRO, 2005).

Sob essa perspectiva, a construção do problema para esse trabalho será trilhada no sentido de investigar atores que se denominam jovens e atuam em organizações e movimentos sociais em juventude rural (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Via Campesina e Organizações Não Governamentais) na reivindicação de pautas e mobilizações que

demandam políticas públicas para o governo federal no Brasil nos últimos anos. Observar e problematizar esse processo político implicará em uma discussão sobre a situação social dos (as) jovens que estão situados no espaço rural brasileiro e como se organizam politicamente.

Esse trabalho terá aporte teórico em Elias (1994, 1998) com o conceito de configuração sobre a categoria política juventude rural. Ainda, serão acionadas as ideias de Bourdieu (1997) sobre representação política e ideias geradas a partir da leitura de Avtar Brah (1996) sobre construções identitárias. Assim, compreende-se que as relações de interdependência formam as configurações sociais, as quais oportunizam observar que as relações sociais vão além de conflitos políticos, ideológicos ou sociais (sem excluí-los), e podem auxiliar na compreensão desse processo de construção identitária da juventude rural e suas diversas formas de mobilização (ELIAS, 1994, 2000, 2006).

A partir de Mannhein (1993) e Abrams (1982), adentrando-se na discussão da categoria juventude ou jovem, a questão das gerações, no caso do(a) jovem, nessa pesquisa, pode ser um lócus epistemológico que possibilita a reflexão do conceito de geração, articulado ao olhar sobre a identidade política juventude rural frente à realidade social do Brasil.

Desse modo, tentarei aferir a lente analítica para refletir também sobre um *campo* que disputa os significados da *juventude rural* na sociedade e no Estado. Nesse sentido, procurarei problematizar, mesmo que de forma breve, as possíveis disputas pelo reconhecimento da existência de uma população jovem que vive no espaço rural brasileiro e tenta se organizar na reivindicação de políticas públicas, de direitos e participação social nos espaços de poder no Estado. Esses atores compõem um campo político nas organizações e movimentos sociais e passam a fazer parte talvez de outro que é mais específico ainda, por exemplo, que é o campo das políticas públicas para a juventude rural no Brasil (BOURDIEU, 1997). Considera-se a inter-relação desse campo com outros no qual tanto as organizações e os movimentos sociais, como os atores passam a fazer parte das dinâmicas de disputa e acordos distintos, inclusive com a circulação de atores, proposições e posições políticas que intercalam semelhanças e divergências (CASTRO, 2010).

Desse modo, uma das questões norteadoras para esse trabalho é: Como a categoria *juventude rural* atualmente auxilia a perceber a complexidade social dos (as) jovens que vivem no contexto rural brasileiro ou em outros contextos não urbanos, e que

reivindicam e se organizam também a partir de outras identidades ou formas de reconhecimento social? Com isso, procura-se justamente problematizar uma tendência ao fechamento ou essencialização identitária dos(as) jovens que vivem no espaço rural e que se articulam por políticas públicas.

Para esse trabalho a metodologia será qualitativa e a proposta é que a partir de uma revisão bibliográfica e de procedimentos metodológicos já adotados (observação participante, entrevista semiestruturada e análise documental) pelo autor em Barcellos (2014), seja possível realizar uma problematização acerca da questão contemporânea e atual da construção identitária da juventude rural em meio aos processos de reivindicação de políticas públicas junto ao Estado.

Na primeira parte desse ensaio será abordada de forma breve a organização política de jovens no contexto rural no Brasil ao longo da história do Brasil, e que o mesmo fato não se trata de uma novidade em si, mas que talvez a novidade é o reconhecimento público da categoria “juventude rural” em organizações e movimento sociais (CONTAG, FETRAF, Via Campesina, ONG’s).

Na segunda parte serão abordadas as relações de interdependência na configuração da categoria juventude rural entre o Estado no âmbito do governo federal e as organizações e movimentos sociais que organizaram coletivos ou atuações junto à categoria juventude rural, como o acesso a políticas públicas e o debate sobre agricultura familiar.

Na última parte dessa reflexão problematizo se a identidade e a categoria juventude rural como está dada não tende à produção de certa homogeneização do debate sociológico que a permeia, apesar da diversidade de jovens que vivem e tentam viabilizar seus projetos de vida no contexto rural brasileiro, bem como do conjunto de outras situações e questões sociais, como gênero, etnia, condição social e ambiental que podem estar associadas a sua vivência na sociedade atualmente.

1 A QUESTÃO DA JUVENTUDE E A SUA ORGANIZAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA NO CONTEXTO RURAL

No Brasil, há relatos de que foi no século XIX, na sua segunda metade, que se iniciou uma determinada atenção para a produção do discurso e debates de caráter público sobre a juventude e os(as) jovens. No mesmo século, o Estado institucionalizou a

infância e a juventude consideradas pobres, a partir da Justiça e da filantropia (CASSAB, 2010). No direito penal, quando D. João VI chegou ao Brasil com sua corte, em 1808, estavam em vigência as Ordenações Filipinas, as quais dispunham que a imputabilidade penal era iniciada aos sete anos, eximindo o menor da pena de morte e concedendo-lhe redução da pena. Entre 17 e 21 anos havia um sistema de "jovem adulto", o qual poderia até mesmo ser condenado à morte, ou, dependendo de certas circunstâncias, ter sua pena diminuída. Já para os maiores de vinte e um anos se aplicava, inclusive, a pena de morte para certos delitos (BULCÃO, 2002).

Em 1830, conforme Bulcão (2002) surgiu o primeiro Código Penal (Código Criminal do Império do Brasil), no qual constava que se os menores de quatorze anos tivessem realizado um delito, deveriam ser recolhidos às casas de correção, com tanto que o recolhimento não excedesse a idade de 17 anos. Desse modo, a primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no país foi o que se chamou de “Roda dos expostos” que se constituiu como uma das instituições brasileiras de maior duração, criada no período colonial e que perdurou até a década de 1950. O uso do termo ‘menores’, remete a uma concepção de infância enquanto menoridade e relacionada a questões de responsabilidade penal e a preocupação com a gestão e a tutela dos chamados “perigosos”, instituindo-se a noção de periculosidade.

Nesse contexto, para Cassab (2010), a educação no Brasil, acompanhando esse processo, passou por mudanças a partir da década de 1930, quando substituiu seu caráter mais voltado à punição e à repressão por uma educação considerada preventiva¹, sendo que, para os “jovens pobres”, a aprendizagem profissional seria a alternativa existente para evitar uma suposta situação social de marginalidade. Assim, o exército teve papel importante como espaço social de ingresso dos jovens, considerados pobres na época, no mundo escolar e da profissionalização, bem como seu “disciplinamento”. A representação geral sobre esse jovem, na época, oscilava entre uma noção de periculosidade e o despreparo para a vida adulta, bem como para a vivência na zona urbana, pois até década de 1960, a maioria da população no Brasil era considerada rural.

A partir da segunda metade do século XIX, o autor relatou que, além do Exército, outras instituições participaram do debate sobre o destino destes jovens, bem como

¹ Segundo Bulcão (2002), um dos fundamentos da prevenção neste contexto histórico se apoiava na eugenia, com a noção de que a purificação da raça evitaria os caracteres nocivos presentes nas “raças inferiores”, entendidas aqui especialmente como negros e mestiços.

outros setores da sociedade na época. Com a transição do trabalho escravo para o trabalho considerado livre, mencionou Cassab (2010), a questão do destino do indivíduo considerado jovem e ainda pobre passou a ser de interesse também de proprietários rurais, interessados em criar um mercado de mão de obra para suas lavouras no Brasil República.

Nesse contexto é que parece ser possível situar os debates que pautavam a necessidade de se criar um Ensino Primário aliado à agricultura. Muitos jovens em condição de marginalidade na época tiveram como destino as colônias agrícolas correcionais, a partir de 1890, por meio da aplicação do Código Penal². Essa concepção sobre o (a) jovem perpassou também o Código de Menores de 1927, na medida em que nele continha centralidade na vigilância em detrimento da proteção (CASSAB, 2010).

No âmbito da educação profissionalizante que tinha como público jovens da época também se destacou a criação do Sistema S, que conforme dados obtidos junto à página eletrônica do SENAI, surge com a criação das Escolas de ofício e Politécnicas. Ambas tinham foco prioritário no ensino técnico e profissionalizante. O SENAI e o SENAC ingressaram nesse campo no início da década de 1940, para acompanhar uma tendência de industrialização pela qual passava o país, incentivados pelo Governo Vargas, tendo como foco inicial a aprendizagem industrial e comercial.

Ainda nessa década, cabe observar que em 1947, por intermédio de outro ator político relevante no rural brasileiro, a Igreja Católica, iniciou-se um movimento considerado importante no meio juvenil, que foi a Ação Católica Especializada, utilizando a terminologia “juventude”, na criação da Juventude Operária Católica (JOC). A Ação Católica Especializada, considerada mais comprometida com os trabalhadores da época, assumiu na sua ação pastoral o método de reflexão denominado “Ver Julgar Agir”³, como parte de um método pastoral de transformação da realidade. A juventude católica passou a se organizar por especificidade, na JAC, JEC, JIC, JOC e JUC (agrária, estudantil, independente, operária e universitária, respectivamente). Gradualmente, em

2 No Código Penal de 1890, previa-se o encaminhamento dos jovens acusados de vadiagem ou de outros crimes para as instituições de correção. Os dispositivos estipulavam as penas para aqueles que praticassem a vadiagem: mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Era explícita a intenção de inibir a ociosidade e estimular o trabalho como valor e garantia da cidadania.

3 A Igreja estava tendo dificuldade de acesso com aos operários. Para que ela pudesse sair do templo e ir ao encontro do povo, necessitava de uma nova metodologia, pois a dedutiva tradicional não servia mais. Este método de evangelização, voltado aos jovens dentro das fábricas, partia da realidade da vida dos jovens (*ver*), confrontava os desafios levantados com a fé (*judgar*) e daí apontava para uma ação de transformação do meio como compromisso da fé (*agir*) (PJR, 2013).

vários países, incluindo o Brasil, começou a surgir uma “esquerda católica” que influencia fortemente essas organizações de juventude (SILVA, 2006)⁴.

Nesse momento histórico, de acordo com material de formação da Pastoral Juventude Rural (PJR), em relação à organização política da juventude no meio rural, uma representante da Juventude Agrária Católica (JAC) do Brasil é eleita presidente do Movimento Internacional da Juventude Agrária e Rural Católica (MIJARC), em um Congresso realizado em Londres no ano de 1961. Ainda nesse material consta que no Brasil, no mesmo ano, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil se pronunciou sobre “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro” e recomenda, de forma não declarada, para a Ação Católica Rural (ACR), a JAC e a Liga Agrária Católica (LAC) se contrapõem às Ligas Camponesas⁵ que tinham surgido em Pernambuco e estavam atuando no nordeste e avançando para outras regiões do Brasil (PJR, 2013).

Ao mesmo tempo em que ocorria a organização da juventude por meio da Igreja Católica, também ocorriam outras iniciativas locais ou regionais, como no caso dos clubes 4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), relacionados à história da extensão rural no Brasil, a partir de 1952⁶. Além disso, cabe destacar a experiência em 1960 do Crédito Rural Juvenil pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, experiência pioneira no país que destinava crédito para que os (as) jovens desenvolvessem seus projetos. Nesse projeto também constava em seus objetivos desenvolver a responsabilidade com a administração de recursos uma vez que todos os procedimentos para concessão de empréstimos com um adulto eram efetuados também para os “sócios quatroessistas” (GOMES, 2013).

A partir desses breves exemplos, inicialmente percebe-se que a organização dos (as) jovens no espaço rural para reivindicar direitos e organizar formas de vivência no

⁴ Ressalta-se, que segundo material publicado pela Pastoral da Juventude Rural em 2013, considera-se que o pioneiro da Ação Católica Rural no Brasil foi José de Medeiros Delgado (1905-1988), como padre, em Campina Grande, na Paraíba, e depois, como bispo, em Caicó, no Rio Grande do Norte, já na metade dos anos 1930 quando atuou em duas frentes: evangelização e o cooperativismo como instrumento de formação aos pequenos e médios agricultores (PJR, 2013).

⁵ As primeiras Ligas Camponesas surgiram em 1945, mas se desenvolvem a partir de 1955, quando fazem em Recife, PE, o Congresso de Salvação do Nordeste e, no mesmo ano, o I Congresso de Camponeses.

⁶ De acordo com Gomes (2013), em 1964 foi fundado o Comitê Nacional de Clubes 4-S – CNC 4-S que congregavam várias firmas e entidades, inclusive internacionais que contribuíam com recursos financeiros que eram destinados a patrocinar com atividades com jovens dos Clubes 4-S. Dentre elas estavam: Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil); Associação Internacional Americana (AIA); Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda; Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA); Esso Brasileira de Petróleo S/A; Ford Willys do Brasil S/A; Fundo NorteAmericano para Assistência Social (FNAS); Indústria de Pneumáticos Firestone S/A; Massey Ferguson do Brasil S/A; Produtos Alimentícios Fleischmann Royal Ltda; Singer Sewing Machine Company (GOMES, 2013).

contexto rural em grupos de juventude e a partir de diferentes identidades não se trata de uma novidade em si, mas de um fato recorrente e que ocorre ao longo da história. Portanto, considero importante observar que a novidade em si no atual período histórico e arranjo social é a configuração da categoria identitária “juventude rural” e o fato de ser acionada nas ações governamentais, além de ser alvo de pesquisas acadêmicas nos últimos 12 anos. Com isso, a identidade *juventude rural* passa a ser tema de debates e políticas públicas junto as organizações e movimentos sociais que atuam no contexto rural atualmente, como veremos a seguir.

1.1 A juventude rural sob diversas abordagens e perspectivas entre as organizações e movimentos sociais do contexto rural

Considera-se que a experiência dos (as) jovens na atual dinâmica da sociedade traz à tona a possibilidade de problematizar sociologicamente essa identidade, inclusive em um contexto de políticas públicas, por tratar-se de uma identidade configurada em uma realidade complexa, na qual as experiências acontecem de forma diversa e estratificada entre os membros que estão em um determinado tempo-espço, situados em uma geração. Assim, as categorias de reconhecimento ou de identidade geracional estão entremeadas em um determinado recorte temporal do processo histórico no qual estão situadas, partilhando das mesmas formas de manifestação, o que tende a criar uma situação com elementos em comum, inclusive na sua organização e mobilização política acerca das questões relativas ao seu tempo (SOUSA, 2006).

Inicialmente, de modo mais detalhado, em um período histórico mais recente, observou-se que na CONTAG, a organização da juventude está estruturada em comissões municipais de jovens nos sindicatos de trabalhadores rurais e comissões estaduais de jovens em suas federações. Em nível nacional está organizada a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNPPJTTR), organizada pela Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG. A juventude na CONTAG tem uma política de cotas de 20% para jovens em seus Congressos (aprovada em seu IX Congresso, em 2005). No período da pesquisa, a Secretaria Nacional foi dirigida por duas jovens, Maria Elenice Anastácio (2005-2012), e, atualmente, Maria José Morais Costa (Mazé), auxiliadas por dois assessores (Eryka Danyelle Silva Galindo e Armando Santos Neto).

A FETRAF-Brasil possui secretarias de juventude desde 2005 que fazem parte da executiva da federação, e nos sindicatos também existe uma instância/coletivo de jovens com intuito de dinamizar e ampliar o trabalho na base. Geralmente os coletivos de jovens da FETRAF (nos estados e região Sul), formaram-se com representantes das regiões que se articulam os sindicatos. No caso das federações menores os representantes são geralmente dos sindicatos. Durante a pesquisa, a FETRAF teve duas representantes nacionais, Severine Macedo (atual Secretária Nacional de Juventude) e Daniela Celuppi.

No âmbito dos movimentos sociais, no MST a discussão de forma mais pública foi percebida a partir do I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo MST, em diferentes estados, em 2002. Contudo, em entrevista o representante da juventude do MST em âmbito nacional da época, declarou que:

A discussão de juventude no movimento já é antiga. O que atinge a juventude rural, também afeta a juventude urbana, e entendendo isso é assim que nós do MST vamos nos inserir nesse debate. Ao mesmo tempo, discutimos como o jovem assentado ou acampado vai continuar lá no acampamento ou no assentamento e como ele pode construir para melhorar a educação, lazer, o acesso ao trabalho, à renda e à cultura (A.N., 2011).

Como já descrito anteriormente, a PJR se articulou politicamente e foi criada em 1983. A PJR herdou da ACE alguns elementos: a organização por grupos de base, visando à ação; o método de reflexão “ver-julgar-agir”; a especificidade (meio rural); e o compromisso que leva intervenção na sociedade (militância). Em 2001, a PJR começa a encaminhar e aprofundar as propostas do I Congresso e firma uma aliança junto às entidades do campo, pela participação nas atividades da Via Campesina⁷. No período da pesquisa, a PJR teve dois articuladores nacionais, sendo eles: Josiel Ferreira e Laécio Vieira. Essa representação nacional é auxiliada por uma equipe nacional de assessoria, sendo o assessor mais recente Paulo Cerioli (PJR, 2013).

Em relação ao campo político das ONGs, no período de pesquisa percebi a constância e a participação política de forma central três organizações nos espaços de discussão e formulação das políticas públicas para a juventude rural, seja no governo federal, como nos estados. Uma delas é o Instituto Aliança (IA), uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sediada e criada em Salvador, desde 2002. Desde a sua origem, o IA anuncia ter o foco prioritário em questões relacionadas aos adolescentes e jovens. O IA é membro titular do CONJUVE, no qual ocupou a vice-

⁷ A PJR foi aceita na Via Campesina Internacional em 2009, em um encontro em Moçambique.

presidência até 2013 (representando a sociedade civil), participa do CONDRAF como membro do CPJR, atua na Comissão Intersetorial de Políticas Públicas (SDH/PR) e no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil⁸.

O Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) foi fundado em 1989, a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais trabalhos voltados à promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias. Desde sua origem, a organização anuncia ter como foco o desenvolvimento e reconhecimento da agricultura familiar. Atualmente, o SERTA possui o Centro Tecnológico da Agricultura Familiar, com dois campi de formação profissional: em Ibimirim, às margens do Açude Poço da Cruz, e, em Glória do Goitá, no Campo da Sementeira. Nesses locais ocorre a formação dos ADL – Agentes de Desenvolvimento Local – na categoria de curso profissional de Nível Médio Técnico em Agroecologia. Nos espaços do governo federal o SERTA atua como suplente do IA no Conjuve e como representante da sociedade civil na coordenação do CPJR-CONDRAF. Além disso, atua como membro do CONDRAF e parceiro institucional do MDA na execução de diversas políticas públicas.

Já o Movimento de Organização Comunitária (MOC) foi fundado em 1967, com sede no município de Feira de Santana (BA). Essa organização surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica e gradativamente, segundo consta em seu site, foi se tornando autônomo, mantendo, contudo, boas relações de parceria não apenas com a Igreja Católica, como com Igrejas Evangélicas. A temática de juventude se inseriu no MOC a partir do Programa Jovens Escolhas, em parceria com o Instituto Credicard, no ano de 2001 a 2003, sendo aprofundada entre 2004 a 2006 no Projeto Juventude e Participação Social (PJPS), com o apoio do UNICEF e do Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, dando origem aos Coletivos Municipais de Jovens.

As ações do Programa Juventude do MOC são voltadas para organizações/redes municipais e territoriais de juventude, coletivos de jovens, empreendimentos econômicos solidários, secretarias de juventudes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos Territórios do Sisal e Jacuípe⁹. Atualmente, o Movimento anuncia que os Coletivos

⁸ Fonte: http://www.institutoalianca.org.br/dominio_digital/quem_somos.html Acessado em: 12/11/2013.

⁹ Fonte: http://juventude.moc.org.br/?page_id=99. Acessado em: 13/11/2013.

de Jovens estão organizados em 22 municípios. O MOC nos espaços do governo federal atua no CPJR-CONDRAF.

Essas organizações estão atuantes em diversos espaços, além dos espaços institucionais de governo, como MOC e o SERTA, também atuam na construção da Jornada Nacional Jovem Rural¹⁰ e em outros espaços promovidos por alguns governos estaduais e pela iniciativa privada, junto a iniciativas ligadas ao Instituto Souza Cruz, no caso do CEDEJOR e a Rede Jovem Rural¹¹ e o Intercâmbio da Juventude Rural, que já tem algumas edições.

Destaca-se que o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e o Instituto Souza Cruz (ISC), desde 2006, executam ações e atividades conjuntas e direcionadas para o apoio ao trabalho do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no âmbito do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural. O projeto, intitulado Formação Integral de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Região Sul do Brasil, tem buscado ações que consolidam os três núcleos do CEDEJOR.

Quando, em pesquisa, foi questionado porque o CEDEJOR não participava dos espaços de participação social e formulação de políticas públicas para a juventude rural foi declarado por uma informante, o seguinte

Olha, eles até tentaram entrar no CONDRAF e no Comitê, quando ainda era grupo, mas parece que a plenária foi muito reativa à presença deles e mesmo no próprio MDA, na época, a ideia não foi nada bem aceita, daí não rolou. Mas nessa questão das políticas públicas territoriais eles tão por tudo aí, tentando entrar com seus projetos (M.T., 2010).

Ao mesmo tempo as iniciativas dessas organizações contam com o apoio do MDA como foi no caso da V Jornada Jovem Rural de 2013. Por não se tratar de uma questão ou objeto específico para essa pesquisa, não há maiores evidências ou como analisar essa

¹⁰ A última Jornada Nacional realizada em 2013 contou com as presenças de: Zander Navarro (EMBRAPA), Carlos Biasi (FAO), Luiz André Soares (Instituto Souza Cruz), Reni Denardi (MDA), Eliandro Giongo (CEDEJOR) e Marcos Marques (UFF), por exemplo. Ver mais em: <http://www.jovemrural.com.br/index.php/category/jornada-nacional-do-jovem-rural/>.

¹¹ A Rede Jovem Rural é um projeto coletivo formado por seis instituições que possuem em comum a preocupação e a ação em torno de projetos de educação e desenvolvimento do jovem rural. Liderada pelo Instituto Souza Cruz, a Rede é composta também pelas seguintes organizações:- Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR SUL); - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR); - Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES); Movimento de Organização Comunitária (MOC) e o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). Disponível em: <http://www.jovemrural.com.br/index.php/quem-somos/>. Acessado em: 13/10/2014.

questão da maneira que considero apropriada. Acredito que os estudos de Dagnino (2002 e 2004) dão algumas pistas sobre o contexto e a gênese dessas organizações no Brasil.

As demais organizações e movimentos sociais que atuam nesse processo foram abordadas e de forma mais detalhada em Barcellos (2014). A demonstração a partir dessas organizações foi para ilustrar um pouco a complexidade e as diferentes ênfases que tem em relação a configuração da categoria “juventude rural”. Além disso, foi uma forma de discutir e apreender, mesmo que reduzida, a gênese dos processos sociais que configuram as mesmas, bem como compreender a sua participação em espaços de formulação de políticas públicas para a juventude rural.

Foi percebido que os (as) jovens que atuam nessas organizações e movimentos sociais têm vínculos e predileções partidárias, conforme observado ao longo do processo de pesquisa. As siglas as quais os (as) jovens vinculados (as) ao movimento sindical eram filiados geralmente eram o PT, PSB, PCdoB e PDT. Nos movimentos sociais, percebeu-se a grande vinculação dos (as) jovens com o PT e, após, a vinculação ao PSB, PCdoB, PDT e, em menor quantia, a proximidade com o PSol, PSC e PMDB em suas localidades. Também se observou que muitos dos (as) jovens que não tinham filiação partidária foram convidados a compor esses partidos, após estarem atuando nesses espaços de participação e formulação de políticas públicas para a juventude rural, seja em Brasília, seja em suas localidades. Entretanto, não foi possível perceber de que forma e em que grau ocorriam essas diferentes filiações partidárias dos (as) jovens entre o período da pesquisa, mas considero que é uma experiência que também passa a constituir a formação da sua trajetória enquanto atores políticos (BARCELLOS, 2014).

Essa confluência de trajetórias e históricos de organização e formação política desses (as) jovens em meio às organizações e movimentos sociais se entrecruzam com semelhanças e distinções na formação das categorias sociais (juventude rural, juventude camponesa, juventude da agricultura familiar, dentre outras) expostas nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas para a juventude rural no governo. E cabe destacar que, “jovem da roça, juventude rural, juventude camponesa, juventude da agricultura familiar são categorias aglutinadoras de atuação política” (MARTINS, CASTRO e ALMEIDA, 2011, p. 17-18).

Mesmo que a trajetória histórica e política destes atores sejam distintas, como pode ser visto ao longo desse trabalho, a constituição das mesmas ocorrem em um mesmo tempo-espaço histórico e político no Brasil e isso gera também pontos de contato

e em certos momentos uma atuação política em comum, inclusive nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas para a juventude rural no governo federal. Esse conjunto de atores afirmam, nos espaços observados, contraporem-se a questões como o êxodo rural dos (as) jovens, a falta de políticas públicas e as condições de vida no campo para os (as) jovens, o protagonismo da juventude rural como sujeito de direitos e a constatação da invisibilidade histórica desse ator social no campo e como categoria nas políticas públicas.

Ao mesmo tempo, percebeu-se que ao longo desse processo que a categoria juventude rural nas políticas públicas ou como identidade nas organizações e movimentos sociais são influenciadas e estão interseccionadas pela construção de outra identidade, que é a da agricultura familiar, a qual está sendo construída com um sentido que se distancia de conotações como algo atrasado, pobreza, ineficiente e atrelado ao abandono do espaço rural, visão esta que a noção de trabalhador rural ou pequena produção supostamente carregava. A categoria agricultura familiar vem sendo ressignificada de forma positivada, como produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável e capaz de gerar desenvolvimento econômico etc. Exemplo tácito disso é a ideia de que os agricultores familiares, em especial depois da divulgação do último censo agropecuário (2006), são os atores que levam os alimentos à mesa dos brasileiros, buscando o reconhecimento sobre este importante papel que exercem (PICOLOTTO, 2011).

Essa positivação da agricultura familiar, de certa maneira se entrecruza com a valorização do que é ser o jovem que vive no espaço rural atualmente e a questão da juventude de direitos que também vem sendo um discurso recorrente, tanto por parte de organizações internacionais, como com distintas vertentes pelas organizações e movimentos sociais que têm organização em juventude rural no Brasil. Isso pode ser evidenciado a partir de “palavras de ordem” evocadas ou escritas em materiais de formação das organizações e movimentos sociais de juventude rural, como: “Juventude Camponesa na construção de um projeto Popular para o Brasil”; “A juventude do campo é produtora de alimentos para o Brasil”; “o jovem rural é sujeito de direitos e precisam ter acesso a políticas públicas integradas e articuladas” (BARCELLOS, 2014).

Mesmo diante disso, conforme Picolotto (2011), ao longo desse processo histórico destaca-se que esses atores políticos apresentaram demandas que vão além das questões da produção agrícola. Atualmente esses atores passam a chamar a atenção às

questões de gênero e geração, a educação, a qualidade de vida no meio rural, a sucessão hereditária na agricultura familiar, entre outros temas, isto é, passaram a dar atenção para a diversidade de sujeitos e de interesses presentes no espaço rural e com isso construir demandas e projetos mais abrangentes, que contemplem diversas dimensões do mundo social para além das tradicionais pautas políticas relacionadas ao crédito e à produção.

2 A INTERDEPENDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA JUVENTUDE RURAL COM O ESTADO: ANÁLISE A PARTIR DOS ANOS 2000

Em meio a esse conjunto de acontecimentos históricos nas organizações e movimentos sociais, os quais estão discutidos de forma mais detalhada no trabalho de tese do autor, Barcellos (2014), foi observado que o Estado e as organizações e movimentos sociais atuaram de forma interdependente, mesmo que com formas distintas de pautar as mesmas questões sociais, seja no âmbito da sociedade civil e em espaços de participação e formulação de políticas públicas. Ao longo desse processo se percebeu que, em relação aos temas juvenis, seja no Estado como categoria, seja nas organizações e movimentos sociais como identidade, foram se configurando variadas formas de perceber ou de expressar as formas de organização política dos grupos de juventude. Foi observado que essas concepções se expressaram pelas seguintes vertentes e de forma inter-relacionada¹²: a) jovens como grupo de risco; b) jovens como sujeitos de direito; c) jovens como atores estratégicos de desenvolvimento; e d) jovens como instrumentos de construção do capital social, a partir do seu “empoderamento” (RODRIGUES, 2008b).

Em relação ao processo histórico e político de constituição das políticas públicas direcionadas para a juventude no Brasil, com a ocorrência das eleições presidenciais e a formação de outro governo – conhecido como governo Lula (2003-2010), a juventude, enquanto temática, adquiriu maior destaque no início do século XXI. Claro, rememora-se que as primeiras ações em juventude no âmbito do governo federal tenham iniciado em 1997, no governo conhecido como FHC. Diante disso, passou a ser discutida a criação de

¹² Os quatro enfoques, inseridos na coletânea de trabalhos organizada pela UNESCO intitulada políticas públicas de/para/com juventude, que reúne um conjunto expressivo de análises, pesquisas e aportes técnicos centrados na “agenda jovem” (UNESCO, 2004).

uma estrutura político-administrativa específica para tratar do tema por parte do Estado no Brasil (BARCELLOS, 2014).

Em meio a um processo intenso de articulações, disputas e mobilizações políticas no decorrer dos dois primeiros anos desse governo, a partir de 2005 ocorreu a formação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), como um órgão que compõe a Secretaria Geral da Presidência da República. A SNJ tem o papel de integrar programas e ações do governo federal desenvolvidos em outros ministérios e secretarias de governo. Junto com a criação da Secretaria, ocorreu a institucionalização do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), em agosto do mesmo ano. A primeira composição do Conselho foi feita inicialmente por indicação do Governo Federal e após passou a ser eleita por seus representantes (CONJUVE, 2011).

Nessa perspectiva, segundo Kingdon (1995), o início de um novo governo é considerado um dos momentos mais propícios para mudanças e entrada de novos temas na agenda das políticas públicas e isso converge com o cenário político naquele momento no Brasil. No fluxo de formação de políticas públicas para a juventude também se considera que com o novo governo ocorreram mudanças de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamental, de gestão, na composição do Congresso e em chefias de órgãos e de empresas públicas. Contudo, ao mesmo tempo em que esses fatores podem potencializar a introdução de novos itens na agenda, também podem bloquear a entrada ou restringir a permanência de outras questões.

Conforme consta em Barcellos (2014) de forma mais detalhada, concomitante a esse processo no Estado, uma série de encontros e eventos ocorreram no Brasil e na América Latina, abordando de forma específica ou transversal a juventude rural. É pertinente descrevê-los como acontecimentos que foram influenciados ou influenciaram nesse processo de configuração das políticas públicas para a juventude rural no Brasil. Ao mesmo tempo, observou-se nesse período que diversos governos municipais e estaduais criaram órgãos gestores de juventude e reforçaram ações visando à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas e no incentivo a organização de suas organizações associativas.

Recentemente, entre 2010 até o ano de 2012, observou-se que nos espaços institucionais do governo, as principais articulações e movimentações políticas que possivelmente influenciaram na reconfiguração política e temática das políticas públicas para a juventude rural na agenda de Estado, nos últimos três anos, como descrevi ao

longo do trabalho e trago novamente para as considerações finais, foram: a mudança de status do Grupo de Trabalho em Juventude Rural para Comitê de políticas públicas para a Juventude Rural no CONDRAF-MDA e o retorno da Assessoria de Juventude no MDA em 2011; a entrada da atual Secretária Nacional de Juventude que tem sua trajetória formada junto à organização de juventude da FETRAF e do PT e, bem como a estruturação da Coordenação-Geral de Políticas Transversais sob a coordenação de uma referência acadêmica na temática; formação do Grupo de Trabalho em Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude; realização da II Conferência Nacional de Juventude e do I Seminário Nacional de Juventude Rural; e as constantes audiências e reuniões promovidas pelas organizações e movimentos sociais com a Secretaria Geral da Presidência da República (BARCELLOS, 2014).

Ao longo desse período, notei que pode ser considerada a principal inovação promovida pelo Estado em relação aos grupos sociais que estão em faixa etária jovem e vivem no meio rural ou se identificam como juventude rural é que foram disponibilizadas as linhas “jovem” no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Contudo, com a introdução dessas temáticas novas ou da renovação de temáticas que vinham sendo negligenciadas pelo Estado, como as demandas dos (as) jovens no Brasil, ocorreram outras formas de monitoramento contínuo e integrado das pautas das organizações e movimentos sociais junto ao governo.

Também em meio a esse processo de formulação das políticas públicas para a juventude rural foram captados outros temas que permeiam os questionamentos das políticas públicas para a juventude rural que estão em execução, como os problemas de acesso das políticas de crédito; a configuração atual das políticas de fomento produtivo e financeiro; a questão da sustentabilidade desses projetos; a viabilidade dos objetivos das políticas associadas à agroecologia; falta de infraestrutura no campo; educação do e no campo vinculadas geralmente ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a recente constituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a sua linha PRONACAMPO.

O fluxo político que a juventude rural, enquanto categoria e tema, percorreu ao longo da formulação desses programas foi, em grande parte, construído a partir de uma série de reivindicações, reuniões e seminários. Nesses espaços, além da apresentação e discussão de propostas, foram identificadas questões consideradas como possíveis

“problemas ou entraves” nessas políticas. Contudo, na avaliação das organizações e movimentos sociais, por parte do governo federal se observou, poucas respostas do MDA ou a ausência de mudanças que fossem consideradas significativas nas políticas públicas de governo como um todo (BARCELLOS, 2014).

Nesse processo foi notado que o sentido dado à categoria juventude rural, ou jovens do campo, que o Estado passou a selecionar como categoria-público-alvo ou beneficiário para as políticas públicas, tentando unificar grupos sociais e identitários distintos que vivem no campo e na floresta, como extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco babaçu, pescadores (as), marisqueiros (as), agricultores (as) familiares, trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros(as), acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, artesãos(ãs) rurais. Entretanto, essa tentativa de unificação como “juventude rural” não necessariamente foi aceita inteiramente pelos grupos em juventude, os quais reivindicavam outras identidades, seja para sua organização cultural ou política como jovens quilombolas, juventude dos povos de terreiro, jovens dos povos da água etc. (CONDRAF, 2010).

Outra questão é o fato de que algumas políticas públicas para a juventude ainda são orientadas, sobretudo, pela influência de ideias de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de supostos desafios que atingiriam a juventude, considerada ainda um “problema a ser resolvido” para a sociedade.

Ao longo desse processo, os temas juvenis, seja em instâncias internas ao Estado, nos fóruns de discussão políticas públicas ou nas organizações e movimentos sociais, foram se configurando com variadas formas de perceber ou de expressar a organização política dos grupos de juventude, com influência de vertentes ideológicas, inclusive disseminadas em documentos da UNESCO (1999, 2000, 2001), que os denominam ou como jovens de grupo de risco, ou como sujeitos de direito, ou jovens enquanto atores estratégicos, ou mesmo jovens como instrumentos de construção do capital social, a partir do seu suposto “empowerment” (empoderamento).

Foi percebida em Barcellos (2014) a afirmação sobre uma suposta realidade no espaço rural brasileiro, por meio de dados, estudos acadêmicos e técnicos ou até mídia, os quais tendem a considerar que a diversidade de projetos de vida que não estejam inclusas no modelo do agronegócio ou da agricultura familiar, em diversos casos, são consideradas pobres, possíveis portadoras de miserabilidade e são público-alvo a ser atendido por políticas sociais, por não terem uma renda monetária considerada adequada

para o consumo de bens materiais ou por adotar estilos de produção agrícola não rentáveis na lógica do mercado agroexportador capitalista e do Estado.

Em meio a isso, considero que, além dos possíveis benefícios efetivos que essas políticas proporcionaram, há junto disso a produção de uma visão “negativada” e que estigmatiza os estilos e projetos de vida que não estejam articulados com a “cara do novo rural brasileiro”, que é moderno, produtivo e rentável. Esses preceitos foram captados ao longo da pesquisa do autor entre 2011 e 2014, nos espaços de participação e formulação das políticas públicas para a juventude rural, pois as políticas em seu processo de formulação geralmente eram permeadas pela discussão da necessidade da “inclusão produtiva”, do acesso ao crédito e da educação profissionalizante para os (as) jovens rurais.

No Brasil, esse processo social ainda está em grande parte vinculado ao modelo de política agrícola que predominou no país no período pós-guerra, com grande viés urbano-industrial, o qual priorizou a adoção de políticas públicas agrícolas e agrárias para fomentar o mercado externo, como as de ATER e de crédito, em detrimento de políticas de natureza efetivamente redistributiva, como a questão da reforma agrária.

Por outro lado, o Estado em conjunto com outros atores, ao mesmo tempo que viabilizou o projeto modernizante no meio rural, com a participação do sistema de ATER e das políticas de crédito rural, ainda não formulou, ao longo da história, ações efetivas que gerassem mudanças profundas em relação ao quesito da desigualdade social nesse contexto social e alterações redistributivas nas diretrizes das políticas agrárias e agrícolas no país. Essa situação no espaço rural brasileiro pode ser evidenciado pela super exploração dos recursos naturais, pelos desequilíbrios nos preços e no abastecimento alimentar, pela concentração de renda e terras, pelas disparidades sociais regionais, pelo êxodo rural e pela continuidade de casos de alta exploração da mão de obra agrícola (em muitos casos chegando a situações análogas ao trabalho escravo).

Atualmente, esse processo é percebido com a diminuição da pequena propriedade, pois o agronegócio avança, por meio da ação das transnacionais e as crescentes monoculturas da soja, do eucalipto e da cana de açúcar, bem como pelo domínio da pecuária em algumas regiões¹³. Com isso, o Estado no Brasil ainda pode ser considerado

¹³ Dados disponíveis no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (2015) divulgado pelo IBGE em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo/lspa_201506.pdf

um impulsionador e indutor de processos sociais de desenvolvimento agrícola e agrário de acumulação capitalista permeado pela segregação ou uma espécie de “devir civilizatório produtivo” no espaço rural e dos estilos de vida vinculados aos povos e comunidades tradicionais em detrimento do produtivismo agrícola do agronegócio e de um modelo urbano de vida.

Com isso, a chegada do tema da juventude rural na agenda política do governo federal pode ser considerada uma conquista política, mas o paradigma produtivista, agroexportador e de manutenção do latifúndio no desenvolvimento rural parece ser um dos fatores que impede o desenvolvimento de políticas públicas que atendam as variadas demandas e reivindicações históricas das organizações e movimentos sociais em juventude rural em seu conjunto.

Se denominar e reivindicar a identidade de jovem da roça, juventude rural, jovem rural também são formas de reivindicar espaços de atuação social e política na sociedade. Por um lado, ser ou se identificar como jovem, seja nos movimentos e organizações sociais, seja nos espaços institucionais de governo, também gera possibilidades de visibilidade, expressão e articulação em espaços que até podem ser novos para esses (as) jovens, mas ao mesmo tempo portam limitações quanto a sua possibilidade de plena atuação política, quanto a ser ouvido e se posicionar em um espaço de decisão.

Mesmo diante desse conjunto de atividades e ações políticas, ainda há o elemento do relativo desprezo ou o fato de ignorar a juventude como ator político e sujeito de direitos, devido a sua “inexperiência”, por parte de atores que são representantes políticos de Estado ou de organizações e movimentos sociais. De modo geral, nota-se uma dificuldade dos atores políticos consolidados (partidos, sindicatos, movimentos sociais) de incorporarem e fazerem debates e ações políticas que proporcionem um espaço político a ser ocupado e que permita um desenvolvimento pleno e com autonomia relativa desses (as) jovens como atores políticos.

Porém, nesse conjunto de questões até então discutidas, considera-se que as organizações e movimentos sociais rurais que se definem como agricultura familiar, como trabalhadores ou como camponeses, ainda se organizam pela identidade juventude rural junto ao governo federal. Diante disso, ao observar o processo de configuração dessas políticas em Barcellos (2014), evidenciei a opção por fomentar um determinado tipo de organização social e produtiva no desenvolvimento rural brasileiro, e que a questão da juventude rural, a opção pelo crédito rural e a formação da categoria

agricultura familiar estão imbricadas nesse processo. Nesse processo, os atores desenvolveram atividades políticas entre as agências internacionais (Banco Mundial, ONU - UNESCO e FAO), o governo federal e com as organizações e movimentos sociais rurais (via CONTAG em grande medida) e configuraram situações de acordo e enfrentamentos por projetos, rumos e cooperação.

Nos últimos anos foram realizadas de forma sistemática a questão social da juventude rural em diferentes eventos relacionados à discussão de políticas públicas para juventude rural, como foi o I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, realizado em 2012 em Brasília; a Conferência Setorial de Juventude, realizada em Glória de Goitá/PE, em 2013; e o processo da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em suas etapas territoriais, estaduais e nacional. O mesmo debate ocorreu também no CPJR - CONDRAF e no GTPJJR - SNJ.

Atualmente está em andamento a organização da 3ª Conferência Nacional de Juventude no qual a as organizações e movimentos sociais em juventude rural abordados nessa pesquisa estão envolvidos na organização das Conferências Territoriais. Do mesmo modo, está em discussão no âmbito do MDA o Plano Nacional de Sucessão Rural. O Plano de Autonomia da Juventude Rural (PAJUR) elaborado pela SNJ está em execução parcial com a nova gestão na Secretaria. O PRONAF-Jovem e o PNCF-NPT estão ainda em execução, mas sem avaliação ou divulgação atualizada sobre o desempenho da sua execução.

Assim, percebo que antes de adotarmos uma identidade ou categoria aglutinadora como “juventude rural” e que está associada a formulação de políticas públicas de capilaridade e impacto social questionáveis, talvez seja necessário um giro epistemológico no sentido de localizar a diversidade interna dessa juventude rural, que pode se identificar ou não com a agricultura familiar ou como público-alvo de uma política pública. Desse modo, é necessário analisar suas interconexões e dimensões históricas vinculadas às dimensões individuais e sociais, não a definição de uma identidade associada mecanicamente à execução de funções sociais predeterminadas, como por exemplo, ser “público-alvo de uma política pública”. Ou como adverte Fraser (2012, s.n):

Esse “modelo identitário”, adotado em diferentes lutas pelo reconhecimento, pretende substituir imagens negativas de si, interiorizadas e impostas pela cultura dominante por uma cultura própria, que, manifestada publicamente, obteria o respeito da sociedade

em seu conjunto. Esse modelo traz avanços, mas, ao sobrepor política de reconhecimento e política de identidade, pode engendrar a naturalização da identidade de um grupo e essencializá-la por meio da afirmação da “identidade” e da diferença.

Assim, mesmo que a categoria ou identidade juventude/jovem rural para o Estado, ou mesmo para algumas organizações e movimentos sociais, esteja diretamente associada a uma determinada população que não vive no espaço urbano, que abrange pequenos produtores pauperizados e sem terra, a chamada “agricultura familiar”, assentados de reforma agrária, camponeses e trabalhadores rurais assalariados e outros grupos de jovens que vivem no espaço que é considerado rural, também parece necessário nos atentarmos a outros e variados grupos de jovens que se organizam politicamente e reivindicam outras identidades veiculadas a formações históricas, culturais e ambientais específicas.

3 UMA QUESTÃO EM ABERTO: A IDENTIDADE JUVENTUDE RURAL NA ATUALIDADE

A questão referente à categoria (juventude, juventudes, jovem rural, jovem do campo, juventude rural, juventude camponesa ou outro), do ponto de vista sociológico, não pode ser lida como algo dado ou fato social a ser naturalizado e cabe ser questionado e refletido. O fato de ser jovem ou estar jovem não é algo fixo, contudo, a singularidade desse momento ou circunstância da vida em uma determinada sociedade deve ser considerado. Essas figurações possuem peculiaridades estruturais, pois os seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações determinadas e que se transformam (ELIAS, 2006).

No caso do Brasil e sobre essa categoria juventude rural, ao problematizar a agricultura familiar ou camponesa, é importante perceber que além da disputa política contida sobre essa categoria, há um trânsito entre conceitos teóricos e categorias políticas que precisam ser compreendidos e ter sua gênese minimamente mapeada, para poder evidenciar as nuances desse processo social e melhor situar os diversos projetos em disputa entre e para a representação dos agricultores (MEDEIROS, 2002).

Assim, a identificação, que aparece muitas vezes no discurso político de organizações representantes dos atores que se consideram agricultores familiares,

relacionam-se à existência de processos e disputas visando o reconhecimento e diferenciação da categoria – o que acontece também com relação a mulheres, jovens, quilombolas e outras categorias –, bem como a constituição de formas de atuação que evocam a formação de singularidades entre esses atores. Nesse sentido, se pensadas em termos de *atividade/processo*, as estruturas de personalidade dos atores e as estruturas sociais não serão consideradas como se fossem fixas, mas sim como mutáveis, enquanto aspectos interdependentes do mesmo desenvolvimento de longo prazo (ELIAS, 1994).

Considero que a incorporação do termo “juventude rural” ou “jovens do campo” no campo das “políticas públicas” abre uma “janela de oportunidade” (Kingdon, 1995) do ponto de vista da reflexão crítica no campo das políticas. Com isso, é possível observar, no fluxo político das políticas públicas, os objetivos e as estratégias implementadas nesse processo, o feixe de conceitos que vem sendo acionados no âmbito das políticas públicas, os estudos produzidos na área do desenvolvimento rural acerca das condições de vida da juventude no espaço rural brasileiro e os enfoques adotados para a formulação e implementação de ações e políticas públicas para a juventude rural.

Desse modo, essas posições políticas assumidas pelos atores na constituição das políticas públicas para a juventude rural como categoria e a formação dessa identidade política “juventude rural” neste campo social, não podem ser compreendidos de forma separada, independente, mesmo que distintas. Considera-se que deve ser levada em conta a complexidade do processo de configuração de uma política pública, as posições assumidas pelos atores no âmbito nos espaços de Estado e nos demais espaços de sociabilidade que estes ocupam.

No âmbito do Estado, juntamente com os grupos da sociedade civil que participam dos espaços promovidos pelo governo, como já mencionei, ocorreu à formação de diversos espaços políticos e a formulação de ações direcionadas para a juventude rural. Esses espaços e ações foram divulgados e realizados com o intuito de fortalecer e dar visibilidade a identidade juventude rural na sociedade e fomentar experiências em geração de renda e inclusão produtiva que objetivaram torná-los também atuantes em um processo de debates, formulação e proposição de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o país.

Nisso há também a discursividade enunciada pelos representantes políticos das organizações e movimentos sociais em juventude rural, permeada por um leque de influências sociais e experiências vividas como: sua origem e trajetória sócio-histórica

até ser representante político em espaços de participação no governo; a realidade imediata vivida junto às organizações e movimentos sociais e as suas atividades de sobrevivência e militância; a sua base social; as instituições governamentais como os ministérios, coordenadorias regionais, autarquias, governos locais; o setor financeiro por meio do pedido de crédito aos bancos; e as redes comunitárias locais e regionais que também tecem suas relações cotidianas (BARCELLOS, 2014).

Em relação às posições tomadas pelos representantes políticos governamentais, deve-se considerar que há a discursividade da direção das organizações e movimentos sociais para a juventude rural, pela qual perpassam sua atuação política e experiências vivenciadas junto ao Estado e aos diferentes governos, partidos, sindicatos em busca de aliados ou em negociação; as pautas relativas às políticas públicas; questões relativas à mobilização da base social das organizações e movimentos sociais; resposta a pressões e informações da sua própria base social ou de adversários políticos; reuniões, encontros e congressos; dentre outras possibilidades de atuação.

Outros atores que devem ser considerados nessa análise são os que constituem as colaborações e consultorias acadêmicas ou técnicas e sua atuação nesses espaços reconhecidos como de diálogo com a sociedade civil (como foi o meu caso), os quais também têm uma discursividade formada pelo conjunto de experiências e relações sociais determinadas, como a formação acadêmico-profissional; os conselhos profissionais; a relação com os (as) militantes de outras organizações e movimentos sociais; a formação política e técnica vivenciada em suas trajetórias; as instituições com as quais ocorre o vínculo empregatício destes (desde as consultorias em instituições governamentais, nas universidades, na iniciativa privada etc.); dentre outras.

Diante disso, para além das disputas e conflitos entre o Estado e as organizações e movimentos sociais em juventude rural, encontram-se também muitas ações de cooperação e dependência entre Estado e organizações e movimentos sociais, conforme a ideia trazida por Sygaud (2009), a partir de uma rede de relações de compromissos e obrigações. Sendo essa relação também considerada fundamental na configuração e para evidenciar as relações de interdependência na constituição das políticas públicas para a juventude rural. Desse modo, foi possível perceber, em uma mesma configuração social,

distintas relações entre grupos e atores, porque existem diferentes graus de coesão e dependência social entre esses atores¹⁴ (ELIAS, 1994).

Em um levantamento realizado ao longo do processo de pesquisa do autor entre 2011 e 2014 foi possível visualizar pelo menos 20 ações de outras áreas do governo federal que abrangem, mesmo que de forma indireta, a questão da juventude rural. As iniciativas são de diferentes modalidades como chamadas públicas, prêmios e programas. As políticas direcionadas para a juventude rural fazem parte do marco da Política Nacional de Juventude ou de iniciativas dos órgãos federais para responder as demandas pautadas pelos movimentos sociais.

As demandas que a sociedade civil apresenta em relação à juventude rural nas diversas áreas do governo e aos ministérios são discutidas em suas determinadas especialidades. Uma característica das atuais ações para a juventude rural nos órgãos do governo federal é o fato de implementar “políticas de governo”. As políticas apresentadas para a juventude rural, e para a juventude como um todo, são recentes e por isso têm essa marca de serem políticas de governo. O esforço realizado pelos últimos governos, em realizar conferências e seminários para ouvir o que a sociedade civil tem a dizer a respeito dos temas propostos, tem resultado na formulação e publicização de diversas demandas, muitas delas incorporadas pelos ministérios na elaboração das políticas, como é o caso do Plano Nacional de Agroecologia, das políticas de Educação do Campo, dos editais de cultura e de economia solidária.

As iniciativas levantadas estão em consonância com as demandas apresentadas pela sociedade civil sobre a juventude rural e a partir da análise de alguns documentos foi observado como as organizações e movimentos sociais reivindicam suas pautas da juventude rural para o governo. Foram identificadas, em geral, três formas de apresentação dos pleitos na pesquisa Barcellos (2014): 1. as resoluções de conferências ou seminários realizados pelo governo; 2. a participação em comitês e reuniões setoriais sobre o tema; e 3. nas pautas de reivindicações de organizações e movimentos sociais em juventude rural¹⁵.

¹⁴ Os atores experimentam as suas vivências entre necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, por meio das estruturas de classe resultantes) podem agir, por sua vez, sobre uma situação determinada na qual as posições dos atores têm as influências da regionalização e das projeções históricas, políticas e ideológicas (THOMPSON, 1987).

¹⁵ Em Barcellos (2014) consta que as formulações apresentadas na Iª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; na IIª Conferência Nacional de Juventude; o Relatório do Grupo de

Foi percebido, ao longo do processo de pesquisa, que a configuração da identidade política da juventude rural é construída em interdependência no interior e entre as organizações e movimentos sociais, mas também é influenciada e se forma nesses espaços de debate e formulação política no governo, o que também de certa forma influenciam na forma como o Estado responde e produz a categoria juventude rural nas políticas públicas.

Observou-se, que as organizações e movimentos sociais que atuam nesses espaços tem discordâncias políticas e programáticas em vários momentos e debates políticos. Contudo, nos espaços de governo devido às pautas da juventude rural estarem em uma situação considerada “desprestigiada” há uma tendência e uma preponderância de relações de acordo e cooperação entre a maioria das organizações e movimentos sociais.

Esse feixe de relações (de acordo e oposição) foi observado nos debates sobre o Pronaf-Jovem, na Conferência Nacional de Juventude (CNPPJ) em 2011, no Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas em 2012, no envolvimento das organizações em atividades como Territórios da Cidadania, Conferências Locais e Regionais e mais recentemente na tentativa de inclusão de medidas específicas para os (as) jovens no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no processo de organização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em 2013.

Sob essa ótica, a partir de uma reflexão gerada em Brah (1996), é possível pensar algumas questões sobre esse debate da juventude rural junto as políticas públicas no governo federal, ainda mais nesse caso, em que esses Programas foram construídos em debates em conjunto com as organizações e movimentos sociais em juventude rural. Dessa forma, a ausência de uma política efetiva de juventude rural não pode ser percebida apenas como desconsideração do governo ou sob uma perspectiva de opressão, pois a reafirmação da necessidade dessas políticas públicas com um determinado teor político e formatação institucional foram elaboradas de forma relacional, contingente e variável junto com as organizações e movimentos sociais nesse processo político.

Mesmo que a categoria jovem/juventude rural esteja diretamente associada a uma determinada população rural no Brasil, que abrange pequenos produtores pauperizados e

Trabalho sobre Juventude Rural do CONDRAF e o Relatório do Iº Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas contém o conjunto das demandas de políticas públicas para a juventude rural.

sem terra, a chamada “agricultura familiar”, assentados de reforma agrária, camponeses e trabalhadores rurais assalariados¹⁶, outros grupos de jovens que vivem no espaço que é considerado rural se organizam politicamente e reivindicam outras identidades veiculadas a formações históricas, culturais e ambientais específicas. Desse modo, é necessário analisar suas interconexões e dimensões históricas vinculadas ao individual e social, não a definição de uma identidade associada mecanicamente à execução de funções sociais (ABRAMS, 1982).

Esses grupos específicos em muitos momentos, como, por exemplo, na 2ª Conferência Nacional de Juventude em 2011 foram chamados a participarem dos espaços em juventude rural, inclusive sendo denominados como jovens do campo e das florestas. Entretanto, no momento da Conferência manifestaram que não aceitariam serem chamados assim, reivindicando as identidades as quais entendiam serem as suas, com destaque para os indígenas e dos povos de terreiro. Uma jovem, durante a reunião do GT de juventude rural declarou que,

Olha só, aqui tem juventude de terreiro, jovens da floresta, jovens indígenas, jovens quilombolas, jovens ribeirinhos e mais um monte de gente de vários lugares. Nem todo mundo é jovem rural e pode ser simplesmente chamado assim, pois a gente negar o que somos e isso não constar em nenhum lugar, ou lei só vai nos levar ao desaparecimento (I, 2012).

Para Abrams (1982) a relação entre duas dimensões da história emerge se for feita referência ao tempo social, ou seja, a sociedade e a identidade são geradas reciprocamente. Uma geração (no caso os/as jovens) é o período de tempo durante o qual as identidades (juventudes da cidade, do campo, com deficiência, privados de liberdade, indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros (as) e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais) são construídas a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis em uma determinada conjuntura e contexto. Assim, é possível que com o passar dos anos novas gerações irão criar novas identidades e novas possibilidades para a ação, seja ela de cunho político, cultural, ambiental etc.

Há também que se considerar que o(a) jovem rural atualmente ele até pode ter a expectativa de viver no contexto rural, como espaço em que irá optar pelo desenvolvimento do seu projeto de vida, mas ao mesmo tempo também deseja condições

¹⁶ Destaca-se que não foram encontrados no campo de estudos sobre a juventude rural, trabalhos que abordem os jovens filhos de grandes proprietários, jovens empresários rurais, ou algum outro setor nesse sentido.

que gerem oportunidades para esse projeto, não apenas as oportunidades já disponíveis pelas condições dadas, ou seja, sua ida a cidade ou como mão de obra acessória dos ramos do agronegócio. Os grupos em juventude rural atualmente não reivindicam apenas políticas públicas específicas, já há setores que debatem a importância de reivindicar políticas públicas *apropriadas e situadas* com as suas demandas e com os variados anseios relacionados aos seus diferentes projetos e formas de vida no contexto rural.

Além da questão das políticas públicas e direitos sociais, não podem ser desconsiderados fatores como a migração, a regulação simbólica cultural, as relações de parentesco, as crenças religiosas e a influência do Estado no conjunto de aspectos históricos e culturais que constituem a luta em torno de valores constantemente disputados na formação desse grupo social nas diferentes organizações e movimentos sociais.

E dentro desse contexto de vida além de ter um “pedaço de terra” ou um lote “em seu nome” porque deseja uma mínima autonomia nesse espaço, reivindica as condições apropriadas para não desenvolver apenas atividades agrícolas, mas também outras atividades não essencialmente agrícolas, como: manejo em tecnologias de informação, tecnologias sociais para o trabalho diários (maquinários e tecnologias alternativas ao excessivo esforço físico) em pequenas propriedades; mais condições de desenvolver em escala as corriqueiras atividades em artesanato, confeitaria; experimentar e criar alternativas para as culturas orgânicas sem uso de agrotóxicos e as condições para isso.

Desse modo, outro debate que aparece em meio a questão da juventude rural atualmente é o da migração. Isso, pode ser observado, por exemplo devido a melhora relativa das condições de transporte e a diminuição do tempo entre os deslocamentos entre o espaço urbano e rural devido as transformações territoriais e o crescimento das regiões urbanas e rurais. Além disso, muitos (as) jovens buscam condições de mobilidade para a construção de vínculos relacionados ao acesso a outras condições de educação e saúde, bem como e muitas vezes de lazer, esportes, atividades culturais, oportunidades de exercer trabalhos e funções diferenciadas além do cultivo agrícola no meio rural. Associado a esses aspectos, cabe ressaltar, o trabalho sazonal que envolve um contingente considerável de jovens que se deslocam para outras regiões para atuar atividade agrícola (cana de açúcar, citricultura, colheita de batatas etc), ou mesmo na comercialização de tecelagem e outros produtos.

Sob essa perspectiva, atualmente talvez seja pertinente pensar a questão da migração associada em outros termos, como, os da *mobilidade* e o *deslocamento temporário* como componente da dinâmica e das estratégias de vida do(a) jovem no Brasil. Mesmo que muitos (as) jovens não voltem em definitivo ao seu local de origem no contexto rural, ou se desloquem para outros contextos em busca de outras condições, acredita-se que a noção de migração associada a juventude como algo estático e que o(a) jovem tenha que se fixar no espaço rural não seja a questão ou o aspecto mais apropriado para a abordagem sociológica ou estatístico-censitária desse grupo social.

Mas, há de se considerar, que ao mesmo tempo nos jogos e as disputas entre os atores sobre um discurso de “Juventude rural” e suas diferentes estratégias de diferenciação, no processo político que configura essa categoria ou identidade há uma tendência a reafirmação de um sistema “de classificação social” que produz e reproduz formas de assimetrias arbitrariamente configuradas entre esses atores e organizações que reivindicam essa identidade.

Uma das questões que podem ajudar na reflexão, não de forma transposta e sem uma reflexão epistemológica contextualizada e cuidadosa sobre a questão da juventude rural, é a teoria da interseccionalidade¹⁷.

Essa lente analítica, muito acionada nos estudos de gênero e colonialidade, pode auxiliar a desenvolver um conceito e métodos de pesquisa que evitem a sobreposição de categorias de diferenciação que tendem a simplificar e obscurecer a problematização em relação aos efeitos geradores e desdobramentos das desigualdades sociais no atual estágio do capitalismo e dos preconceitos contidos em uma sociedade em determinados períodos históricos, como, por exemplo, o intergeracional (no caso, jovens), entre gêneros (machismo), entre etnias (racismo), pessoas de condição social diferente (preconceito contra a pobreza) e telúrico (relativo ao local do qual advém, no caso rural). Essas variáveis sociais tratadas de forma independente e dicotômica ao analisar a questão da juventude rural tendem a ocultar há um ocultamento da opressão ou das particularidades sociais históricas que cada uma dessas questões tem inscritas em si própria e como elas em inter-relação se constituem entre si de forma diversa. Como evitar a realização de análises “adicionais” e sobrepostas de categorias, que não auxiliam na reflexão da configuração

¹⁷ Dessa forma, a ideia do conceito de interseccionalidade é que com ele seja possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades influenciam-se reciprocamente.

das condições sociais e históricas da desigualdade social e dos preconceitos advindos disso sobre os (as) jovens que vivem no contexto rural brasileiro?

Ao estudar a configuração da categoria jovem com um viés muito voltado a suas condições de vida e pelo estímulo que esse grupo recebe para acessar o crédito rural para fomento agrícola (PRONAF) e o acesso a empréstimo para compra de pequeno pedaço de terra (dada a limitação do teto do PNCF-NPT), por exemplo, gradualmente se percebe uma forte tendência a naturalização e essencialização, tanto acadêmica, quanto no Estado, como nas organizações e movimentos sociais, da reflexão sociológica e política sobre a complexidade do que é ser e estar jovem no espaço rural brasileiro atualmente.

Assim, a partir desse conjunto de aspectos e questões problematizadas nesse ensaio, em meus próximos estudos sobre jovens, irei me deter sobre a seguinte questão: a identidade política ou a categoria juventude rural como estão concebidas atualmente, após os últimos 12 anos, auxiliam na reflexão sociológica e política dos grupos de juventude que vivem no espaço rural ou em outros contextos não urbanos (florestas, ribeirinhos, terreiros, indígenas, faxinais, pescadores etc)?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Ph. **Historical sociology**, Shepton Mallet: Open Books.1992.

BARCELLOS, S.B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Orientador: Prof. Dr^a Elisa Guaraná de Castro. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014. 306p.

BRAH, A. Difference, Diversity, Differentiation. In: **Cartographies of Diaspora: Contesting Identities**. Longon/New York, Routledge, 1996, capítulo 5, pp.95-127.

BRASIL/ Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. 21 de setembro de 1995. 68p.

COVER, M. BARCELLOS, S. B. **A aprovação do estatuto da juventude em questão**. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=76447>. Publicado em: 18.07.2013. Acessado em: 15/04/2015.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, E.G. **Quem faz o campo das políticas públicas de juventude: demandas, bandeiras e questões**. Palestra. A ser publicado. No prelo. Ação Educativa. 2010.

_____; Martins, M; Almeida, S. et.al **.Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Mauad, Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria Jovem rural**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, xiii, 380f. 2v.: il. 2005.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**.(Org. F.Neiburg e L.Waizbort), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2006.

_____. e SCOTSON, J. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FRASER, N. **Igualdade, identidades e justiça social**. 2012. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>Acessado em: 13/10/2013.

GOMES, L, R. **O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960**. Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04-%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS-%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20JOVEM%20DOS%20CLUBES%204-S.pdf>. 2013.

GTJR – CONDRAF. **Relatorias das 12 reuniões do Grupo Temático de Juventude Rural – CONDRAF**. 2010.

INCRA. **INCRA destina cinco por cento dos lotes da reforma agrária para jovens**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-destina-cinco-por-cento-dos-lotes-da-reforma-agraria-para-jovens>. Publicado dia 11/04/2013. Acessado em: 02/05/2015.

MDA. **Relatório das Ações do Comitê de Promoção de Políticas para a Juventude Rural CPJR/CONDRAF 2013**. Assessoria de Juventude MDA, 2013, mimeo.

MEDEIROS, L. S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: GIARRACCA, N. (org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MEDEIROS, L. S. **Conflictos sociales rurales en el Brasil contemporâneo.** Revista OSAL. 2000.

MACEDO E CASTRO, J. P. M. E. **UNESCO – Educando os Jovens Cidadãos e Capturando Redes de Interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS. 2006. 431p.

PICOLOTTO, Everton L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** *Soc. estado*. [online]. 2007, vol.22, n.3, pp. 715-751.

SAUER, Sérgio. **“Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 98-126, ISSN 1413-0580.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural.** Campina Grande/PB: UFCG, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SNJ. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas.** Brasília - DF, 2012. Versão impressa.

SPÓSITO, Marília Pontes, et al.(2003). **Juventudes e políticas públicas no Brasil.** In: **Revista brasileira de educação.** Set/out./nov./dez.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília. MDA/NEAD, 2005.